



## Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

### ATA NÚMERO 12/XV/ 1.ª

Aos 13 dias do mês de julho de 2022, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### I PARTE

Audição do Ministro da Cultura, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre os compromissos assumidos através do Programa Garantir Cultura.

#### II PARTE

1. Informações;
2. Apreciação e votação da ata da reunião de 5 de julho de 2022;
3. [Projeto de lei n.º 216/XV/1.ª](#) (PS) - Assegura o acesso às campanhas de publicidade institucional do Estado, aos órgãos de comunicação social direcionados às comunidades portuguesas no estrangeiro, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto:

Deputado Relator: (PSD)

4. Fixação da redação final do [projeto de resolução n.º 64/XV/1.ª](#) (PSD) - Pela transposição para o ordenamento jurídico português da Diretiva (UE) 2019/789, que estabelece normas sobre o exercício do direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha dos organismos de radiodifusão e à retransmissão de programas de televisão e de rádio, e da Diretiva (UE) 2019/790, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, relativa aos direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital;
5. Votação do plano de atividades do Grupo de Trabalho da Integridade, Igualdade e Combate à Violência no Desporto;



## **Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto**

6. Outros assuntos.

---

### **I PARTE**

#### **Audição do Ministro da Cultura, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre os compromissos assumidos através do Programa Garantir Cultura**

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputado Luís Graça, deu as boas-vindas ao Senhor Ministro da Cultura, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra à Senhora Deputada Alma Rivera (PCP), do grupo parlamentar proponente do requerimento, para fazer a sua apresentação.

A Senhora Deputada Alma Rivera (PCP) iniciou a sua intervenção recordando todos os impactos decorrentes da pandemia, com consequências dramáticas no sector cultural. Lembrou ter sido essa a razão que levou o Grupo Parlamentar do PCP a apresentar, no âmbito do Orçamento do Estado para 2021, uma proposta de criação de um programa de apoio ao trabalho artístico e cultural com o objetivo de garantir que as artes performativas, as artes visuais e a exibição alternativa de cinema fossem estimuladas, assegurando a continuidade da produção e da atividade, sendo garantida a remuneração do trabalho técnico e do trabalho artístico em consonância com a necessidade de multiplicação de apresentações e espetáculos. Recordou que esse programa foi aprovado, mesmo que parcialmente, tendo sido criado pelo Governo o Programa Garantir Cultura, criado no quadro da drástica redução do trabalho e das remunerações no sector cultural e visando «a mitigação dos impactos da crise pandémica no sector cultural e o estímulo à gradual retoma da sua atividade, permitindo a remuneração do trabalho artístico e técnico». A este propósito, disse que esses impactos continuam a fazer-se sentir, agora agravados com o aumento dos preços de todos os bens e serviços essenciais, criando fortes impactos na vida e no trabalho de muitos agentes culturais.

Frisou igualmente que, na audição realizada no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2022, o Senhor Ministro da Cultura disse que o Programa Garantir Cultura teve 1545 candidaturas, sendo que a 1.ª tranche foi paga na sua totalidade e que, na

### **Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto**

2.<sup>a</sup> tranche, à data da audição, tinham sido pagos 410 projetos (cerca de 3,7 milhões). De acordo com as declarações do Senhor Ministro da Cultura, encontravam-se muitos projetos em confirmação junto da Autoridade Tributária e/ou Segurança Social, por dívidas dos requerentes. 141 projetos encontravam-se em análise para o pagamento da 2.<sup>a</sup> tranche, sendo que 47 projetos estavam em atraso, ou seja, passavam os 30 dias após a entrega do relatório e a respetiva documentação que sustenta as despesas apresentadas.

Recordou que muitos já haviam entregue a documentação necessária, mas que ainda não tinham recebido a 2.<sup>a</sup> tranche do apoio, o que para aqueles que efetuaram investimentos representa uma grande perda na medida em que, fruto da pandemia, estiveram dois anos com a sua atividade suspensa e encontram-se neste momento com dificuldades acrescidas. Deu ainda nota que alguns agentes não iriam conseguir entregar a documentação necessária até ao dia 4 de agosto, data-limite para a sua apresentação, não podendo receber o montante devido.

Lembrou também que quando não é feita a entrega do projeto é preciso devolver a verba já recebida, o que levanta problemas acrescidos, tendo em conta sobretudo o contexto de endividamento. Já foram feitos alguns pedidos de agilização dos prazos de entrega dessa documentação, lembrando a este propósito que nem todos têm tesouraria para poder fazer face a todos estes custos e daí o pedido de haver uma desburocratização do próprio processo.

Recordou que uma outra questão tem a ver com a própria dilatação dos prazos. Se há essa possibilidade, se o Governo considera fazê-lo tendo em conta as dificuldades criadas, inclusivamente para aqueles que já receberam o valor da primeira tranche, se o Governo coloca a hipótese de criação de um novo Programa Garantir Cultura uma vez que a suspensão da atividade cultural durante dois anos não se consegue recuperar em dois meses, sobretudo tendo em atenção as contingências do próprio programa. Terminou afirmando serem preciso respostas para o sector, sob pena de se estar a penalizar fortemente os agentes culturais, sobretudo depois da pandemia que viveu o nosso país.



## **Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto**

Na primeira ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Cristiana Ferreira (PSD), Maria João Castro (PS), Jorge Galveias (CH), Pedro Filipe Soares (BE) e Alma Rivera (PCP).

O Senhor Ministro da Cultura respondeu a cada um dos Senhores Deputados na sequência de cada intervenção, afirmando, designadamente, que, em termos globais, o Programa Garantir Cultura teve uma grande abrangência territorial, contando sobretudo com candidaturas da Área Metropolitana de Lisboa (454 projetos), da Região Norte (305) e Centro (241), tendo, no entanto, sido identificadas regiões, em particular no norte interior, com uma baixa participação; que na Região do Alentejo foram submetidas 58 candidaturas e na do Algarve, 37; que, em termos de áreas artísticas abrangidas, a maioria dos projetos apoiados vem das artes performativas (731), como teatro e dança, seguindo-se artes visuais (72), cinema (50), livro (24) e museologia (2); que das entidades apoiadas, 581 foram de pessoas coletivas, 431 de pessoas singulares e apenas 83 de grupos informais; que existe um distrito com uma candidatura apenas, o que dá uma ideia daquilo que é a fraca densidade da oferta cultural no território e a necessidade de apoiar o associativismo cultural que foge à malha dos apoios sustentados e que merece ser protegido e apoiado; que ainda há atrasos pouco significativos nos pagamentos a 30 projetos de entidades artísticas e algumas lacunas na abrangência deste apoio a algumas áreas do tecido cultural no País; que os atrasos são relativamente curtos e que dos 30 projetos há apenas oito casos em que a responsabilidade é imputável ao Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC); que foram aprovados 1095 projetos, o que corresponde a 21,8 ME, e que a primeira tranche, metade da dotação, já foi paga a todos os projetos; que neste momento sobram 515 projetos por fechar e encerrar e que desses 515, 385 ainda não submeteram o pedido para a segunda tranche; que há margem para ter alguma flexibilidade e alargamento de prazos para os projetos que ainda não submeteram o seu pedido; que quanto à possibilidade de criar um novo Garantir Cultura, há conclusões a tirar do programa tendo em conta o perfil dos beneficiários, designadamente que há alguns vazios e que se torna igualmente necessário existir um amplo consenso sobre incentivos baseados em procedimentos concursais transparentes e que obrigam a escolhas; que o Ministério que tutela está a trabalhar numa alteração profunda na gestão dos museus e monumentos, que incluirá uma alteração na bilhética e na gratuitidade e que é seu objetivo dotar os museus e monumentos nacionais de uma autonomia e uma flexibilidade na gestão, que infelizmente hoje não têm, o que limita a qualidade da sua

## **Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto**

oferta e também a capacidade de aumentar as receitas próprias, que é em si algo necessário e virtuoso.

Na segunda ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Luís Gomes (PSD), Maria João Castro (PS), Jorge Galveias (CH) e Alma Rivera (PCP), tendo o Senhor Ministro da Cultura respondido no final às questões colocadas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por terminada a audição.

## **II PARTE**

### **1. Informações**

Entrando no ponto 1 da Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu conta do pedido de audiência apresentado pelo Movimento cívico «Preservação do património arqueológico da Sé Catedral de Lisboa», sobre a preservação do património arqueológico conservado no Claustro da Sé Catedral de Lisboa no âmbito das obras de valorização em curso e uma possível intervenção em prol da defesa deste património, tendo questionado a Comissão sobre a possibilidade de agendar esta audiência para a próxima reunião da Comissão, o que mereceu o consenso de todos os Grupos Parlamentares.

### **2. Apreciação e votação da ata da reunião de 5 de julho de 2022**

Uma vez submetida a votação, a ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares da IL e do BE.

### **3. [Projeto de lei n.º 216/XV/1.ª](#) (PS) - Assegura o acesso às campanhas de publicidade institucional do Estado, aos órgãos de comunicação social direcionados às comunidades portuguesas no estrangeiro, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto**

No âmbito deste ponto, o Senhor Deputado Luís Gomes (PSD) informou que o relator desta iniciativa seria o Senhor Deputado João Montenegro (PSD).

### **4. Fixação da redação final do [projeto de resolução n.º 64/XV/1.ª](#) (PSD) - Pela transposição para o ordenamento jurídico português da Diretiva (UE) 2019/789, que estabelece normas sobre o exercício do direito de autor e direitos conexos**

## **Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto**

**aplicáveis a determinadas transmissões em linha dos organismos de radiodifusão e à retransmissão de programas de televisão e de rádio, e da Diretiva (UE) 2019/790, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, relativa aos direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital**

A redação final foi fixada por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares da IL e do BE.

### **5. Votação do plano de atividades do Grupo de Trabalho da Integridade, Igualdade e Combate à Violência no Desporto**

O Senhor Deputado Francisco Dinis (PS), coordenador do Grupo de Trabalho da Integridade, Igualdade e Combate à Violência no Desporto, fez a apresentação à Comissão do plano de atividades, usando de seguida da palavra a Senhora Deputada Inês Barroso (PSD), após o que o mesmo foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com a ausência dos Grupos Parlamentares da IL e do BE.

### **6. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

---

A reunião foi encerrada às 11:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de julho de 2022.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**





**Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto**

**(LUÍS GRAÇA)**

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do IL, BE e PCP.



## **Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto**

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Pedro Faria (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Carla Sousa (PS)  
Francisco Dinis (PS)  
Luís Graça (PS)  
Mara Lagriminha Coelho (PS)  
Maria João Castro (PS)  
Miguel Matos (PS)  
Pompeu Martins (PS)  
Rosário Gambôa (PS)  
Sara Velez (PS)  
Tiago Soares Monteiro (PS)  
Fernanda Velez (PSD)  
Guilherme Almeida (PSD)  
Gustavo Duarte (PSD)  
Inês Barroso (PSD)  
Luís Gomes (PSD)  
Maria Emilia Apolinário (PSD)  
Jorge Galveias (CH)  
Alma Rivera (PCP)  
Clarisse Campos (PS)  
Cristina Sousa (PS)  
Cristiana Ferreira (PSD)  
Hugo Maravilha (PSD)  
João Montenegro (PSD)  
Paulo Rios De Oliveira (PSD)  
Rui Vilar (PSD)  
João Barbosa De Melo (PSD)  
Pedro Filipe Soares (BE)





## **Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto**

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Poço (PSD)

Cláudia Bento (PSD)

Joana Cordeiro (IL)

Joana Mortágua (BE)